

ORIENTE MÉDIO

Congressistas cobram ações urgentes de Lula para proteger 17 brasileiros em barcos que tentam levar ajuda a Gaza. O grupo denuncia ataques com drones e explosivos

Deputados pedem socorro à flotilha

» FERNANDA STRICKLAND

Um grupo de deputados federais encaminhou um ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e José Múcio (Defesa) pedindo providências imediatas para garantir a segurança de 17 brasileiros que integram a expedição Global Sumud Flotilla (GSF). A iniciativa internacional reúne organizações e ativistas de mais de 40 países com o objetivo de romper o bloqueio imposto por Israel à Faixa de Gaza e levar alimentos, água potável e medicamentos à população palestina.

Segundo o documento encaminhado ao presidente, os navios da flotilha são alvos de ataques desde a partida no início de setembro. Um dos barcos acabou atingido por drone em águas tunisianas no dia 9, sofrendo incêndio e danos estruturais. Na terça-feira passada, próximo à ilha de Creta, na Grécia, mais de uma dezena de explosões atingiram as embarcações. Há relatos de vigilância por drones, uso de explosivos e químicos, além de interferência em sistemas de comunicação de emergência.

O coordenador da delegação brasileira relatou que granadas de luz e cápsulas com líquido irritante foram lançadas contra os barcos. “Arde o contato da pele”, afirmou. A organização atribui os ataques a Israel, que não confirma a autoria. Entre os brasileiros que integram a flotilha estão a deputada federal Luízianna Lins (PT-CE), a vereadora Mariana Conti (PSol-Campinas), a dirigente Gabrielle Tolotti (PSol-RS), o militante Nicolas Calabrese e o ativista brasileiro Thiago Ávila.

O movimento internacional tenta furar o bloqueio israelense à Faixa de Gaza levando alimentos, água e medicamentos. “Não há tempo a perder. A cada hora que se adia uma ação concreta, aumenta o risco de tragédia. Não se trata apenas de proteger vidas brasileiras, trata-se de afirmar o Brasil como nação soberana, solidária e digna de respeito internacional”, diz ofício.

O texto ressalta que mais de 1,1 milhão de palestinos vivem sob risco imediato de fome severa, segundo dados internacionais, e argumenta que a missão humanitária é uma resposta à paralisia da comunidade internacional diante da crise em Gaza.

“A primeira coisa que eu queria deixar claro, vidas humanas importam em qualquer lugar, assim como a natureza. A segunda coisa que eu

Reprodução/Instagram



Luizianne Lins tem gravado vídeos sobre a situação da flotilha, expondo todo o problema vivenciado



A flotilha do Hamas recusa a proposta de Israel de descarregar ajuda pacificamente. Em vez disso, escolhe o caminho ilegal — navegar para uma zona de combate e violar o bloqueio naval legal

Comunicado do Ministério das Relações Exteriores de Israel

gostaria de deixar claro, para as pessoas que estão perguntando, o que nós vamos fazer em Gaza. Eu deixarei muito claro, para que as pessoas compreendam. Nós estamos indo

porque nunca houve uma catástrofe tão grave pelo menos no século 21, como o que está acontecendo agora, que é o genocídio praticado por Israel em Gaza. Já são milhares de palestinos que são assassinados diariamente”, explicou a deputada federal nas redes sociais, após ser questionada por que está lá.

Em outro vídeo publicado no início desta semana, Luizianne Lins também relata como foram os ataques dos drones. “Foi muito grave o que aconteceu. Imagina que você está na madrugada, às 2h, no meio do Mediterrâneo, onde não se vê terra, nem de um lado nem do outro. Ter que passar por ataques covardes, de um inimigo que ataca a noite e não mostra sequer o rosto, ataca com drones”, pontuou.

Ações emergenciais

O pedido dos parlamentares é para que o Palácio do Planalto coordene ações emergenciais. E que o Itamaraty acione canais diplomáticos junto à ONU e à União Europeia, e que o Ministério da Defesa disponibilize meios navais para proteger os brasileiros — à semelhança do que fizeram Itália e Espanha, que enviaram embarcações militares para acompanhar a flotilha. No documento, os autores citam a “longa tradição”

brasileira na defesa dos direitos humanos e afirmam que a omissão “será lembrada como cumplicidade”. Procuradas, as pastas não se manifestaram sobre possível envio de ajuda ao grupo.

O texto é assinado por mais de 30 deputados, como Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim, Glauber Braga, Ivan Valente, Luiza Erundina, Pastor Henrique Vieira, Erika Kokay, Maria do Rosário, Jandira Feghali, entre outros do PSol, PT, PCdoB, PDT e PSB, que defendem que o Brasil adote uma postura firme em defesa de seus cidadãos e em consonância com sua tradição diplomática.

Nas redes sociais, o Ministério das Relações Exteriores de Israel se manifesta contra a aproximação da flotilha. O ministério acusa o grupo de ser ligado ao Hamas. “A flotilha do Hamas recusa a proposta de Israel de descarregar ajuda pacificamente na Marina de Ashkelon, nas proximidades. Em vez disso, escolhe o caminho ilegal — navegar para uma zona de combate e violar o bloqueio naval legal. Isso prova seu verdadeiro objetivo: servir ao Hamas em vez de entregar ajuda aos civis de Gaza”, disse, em uma publicação. Já a ONU (Organização das Nações Unidas) pediu uma investigação independente sobre os ataques sofridos pelas embarcações.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Jovem dirigente do PCB, Magrão foi executado com injeção de matar cavalo

Cinquenta anos após o assassinato, aos 32 anos, a memória de José Montenegro de Lima, o Magrão, jovem dirigente do PCB sequestrado e torturado pelos órgãos de segurança do regime militar, será resgatada por seus velhos amigos, militantes políticos, pesquisadores e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na próxima segunda-feira (29/09), às 18h30, num ato político cuja síntese é a pergunta sem resposta até hoje: “Cadê o Magrão?”.

Família e amigos de Montenegro não tiveram o direito de realizar um funeral digno para ele, cuja história acabou tão clandestina quanto a sua atuação política após o golpe militar de 1964. Responsável pelo trabalho do PCB com a juventude, sua importante atuação na criação da juventude do antigo MDB e na reorganização do movimento estudantil e do movimento cultural, sobretudo cineclubista, foi um contraponto à atuação de outros jovens que optaram pela luta armada.

Sua história sofreu um apagamento nessas cinco décadas. Segundo o diretor-geral da Fundação Astrojildo Pereira (FAP), ligada ao Cidadania, Marcelo Aguiar, “o evento será suprapartidário e um tributo à memória de um herói da resistência democrática”. A FAP também está lançando um dossiê digital com farta documentação sobre Montenegro e produzindo sua biografia, de autoria dos jornalistas Vicente Dianezi Filho (in memoriam) e Marcelo Godoy, que já escreveu dois livros sobre desaparecidos: *A casa da vovó e Cachorros* (Alameda Editorial).

Montenegro nasceu em Itapipoca, Ceará, em 1943, filho de Chico Vermelho e Maria dos Santos. Adolescente, destacou-se na Escola Técnica Federal de Fortaleza e mergulhou no movimento estudantil. O golpe de 1964 o empurrou para a clandestinidade. Indiciado no IPM (inquérito policial militar) da União Nacional dos Estudantes (UNE), mudou-se para o Rio de Janeiro, destacou-se como organizador e orientador da Juventude Comunista e chegou à Seção Juvenil do Comitê Central do PCB. Representou o Brasil em congressos da juventude em Moscou, Budapeste e Berlim. Manteve intensa atuação no Rio, em São Paulo e na Bahia, onde fez uma legião de amigos.

Era alegre e persuasivo. Havia recusado os conselhos de ir para o exílio, mesmo sabendo dos riscos que corria, porque estava empenhado em montar uma nova gráfica para a edição da Voz Operária, o órgão central do PCB, após a queda da gráfica clandestina de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1975. Montenegro conseguiu imprimir precariamente o jornal clandestino até maio de 1975. Em 29 de setembro daquele ano, Montenegro foi sequestrado em sua casa no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Vizinhos viram-no levado por quatro agentes. Passou pelo DOI-CODI e foi assassinado com injeção para matar cavalos. Seu corpo foi jogado na represa de Avaré. O documento nº 1152/S-102-A12-CIE, de 1978, registra cinicamente: “Seu destino atual é ignorado”.

Cerco e aniquilamento

O diretor do jornal, Orlando Bomfim Junior, membro da Executiva Nacional do PCB, também viria a ser sequestrado e assassinado, depois de preso no Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1975. Ex-vereador em Belo Horizonte e jornalista, Bomfim foi sequestrado em Vila Isabel e levado ao DOI-CODI paulista, torturado e morto também com injeção letal. Seu corpo também teria sido lançado na represa de Avaré. A família tentou habeas corpus, acionou entidades, escreveu a parlamentares, mas nunca obteve resposta oficial.

Menos de um mês depois, em 25 de outubro de 1975, seria a vez do jornalista Vladimir Herzog, que não era um dirigente clandestino. Nascido em Osijek, na antiga Iugoslávia, aos 38 anos, dirigia o jornalismo da TV Cultura e dava aulas na ECA-USP. Convidado a depor no DOI-CODI, foi morto sob tortura. O regime forjou um suicídio grotesco, divulgado em fotografia encenada. O rabino Henry Sobel recusou-se a enterrá-lo como suicida. Dom Paulo Evaristo Arns, o pastor Jaime Wright e o próprio Sobel organizaram o histórico culto ecumênico na Catedral da Sé, em 31 de outubro de 1975. A farsa não resistiu.

Mas a escalada da violência ainda seguiu. Em janeiro de 1976, foi a vez do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, preso na metalúrgica Metal Arte, na Mooca. Ligado ao PCB e ao jornal *Voz Operária*, foi levado ao DOI-CODI. No dia 17, a versão oficial repetiu a farsa: “Suicidou-se com as próprias meias”. O corpo, no entanto, trazia claros sinais de tortura. A indignação foi tão grande que o presidente Ernesto Geisel afastou o comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello, e o chefe do CIE, Confúcio Avelino.

Documentos da CIA, porém, comprovam que Geisel autorizou execuções seletivas de opositores. Célio Augusto Guedes, José Romão, David Capistrano, Luiz Maranhão, João Massena de Melo, Elson Costa, Itair José Velloso, Hiran Lima Pereira, José Raimundo da Costa, Nestor Veras e Jayme Miranda, integrantes do Comitê Central do PCB, também foram sequestrados e assassinados na operação de “cerco e aniquilamento” organizada para neutralizar a influência comunista na organização de uma ampla frente democrática contra o regime, sobretudo no MDB, que havia obtido uma vitória eleitoral espetacular em 1974.

A Operação Radar prendeu milhares de militantes do PCB em todo o país. Para isso, a repressão contava com um agente absolutamente insuspeito: o veterano dirigente Severino de Mello, o “camarada Pato”. Após ser preso, ele havia se tornado o “agente Vinícius”, cooptado pelo CISA, órgão de inteligência da Aeronáutica, e delatava companheiros.

INTOLERÂNCIA POLÍTICA

"Petista não é bem-vindo", diz frigorífico

Um açougue em Goiânia colocou um cartaz dizendo que “petista aqui não é bem-vindo” na porta do estabelecimento. O caso levou o deputado estadual Mauro Rubem (PT) a denunciar a empresa ao Ministério Público e ao Procon de Goiás.

O Frigorífico Goiás expõe publicamente o apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas redes sociais. A empresa tem quatro lojas em Goiânia e divulga produtos embalados com a foto de Bolsonaro e do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Nas eleições de 2022, o mesmo estabelecimento fez uma promoção de picanha a R\$ 22 o quilo para quem vestisse a camiseta da Seleção Brasileira, em alusão ao número de urna do então candidato Jair Bolsonaro (PL). A prática foi proibida pela Justiça Eleitoral na época.

Na quarta-feira, o parlamentar petista anunciou que protocolou uma representação no Ministério Público e uma denúncia administrativa no Procon após a colocação do cartaz com a frase “petista aqui não é bem-vindo”.

Segundo o deputado, a conduta do açougue é configurada como publicidade abusiva e prática comercial abusiva por recusa injustificada de atendimento.

“Estabelecimento aberto ao público não pode excluir consumidores por ideologia. Quando uma loja escreve que determinado grupo não é bem-vindo, pratica discriminação e viola a legislação de defesa do consumidor”, afirmou Mauro Rubem, em nota.

Após a denúncia, o dono do frigorífico, Leandro Batista da Nóbrega, publicou um vídeo xingando o deputado. “Petista aqui não é proibido de entrar no Frigorífico Goiás, não. Não é bem-vindo entrar aqui. Isso não significa que é proibido entrar aqui, seu vagabundo.”

Na sexta-feira, em resposta, o deputado do PT divulgou uma nova nota afirmando que cumpriu seu papel como parlamentar ao “fiscalizar e encaminhar às autoridades competentes situações que podem configurar abusos ou ilegalidades.” Segundo ele, o estabelecimento retirou o cartaz depois das denúncias.

Reprodução/Redes sociais



Cartaz na entrada do Frigorífico Goiás: denúncia no MP e Procon